



## PARECER Nº 110/2019- MPC/RR

*Processo nº 002562/2018*

*Assunto: Registro de Ato de Concessão de Pensão por Morte*

*Órgão: Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER*

*Responsável: Isabelle Cruz Duarte – Presidente do IPER*

*Conselheiro Relator: Manoel Dantas Dias*

*Interessada: Antônia Lima Portela*

**EMENTA** – ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. ASPECTOS FORMAIS E LEGAIS ATENDIDOS .PELO REGISTRO.

Tratam os presentes autos, de apreciação e exame de legalidade, para fins de registro, do ato de concessão do benefício de pensão por morte, na **Modalidade Vitalícia**, em favor da senhora **Antônia Lima Portela**, viúva do ex-servidor **Raimundo Soares Costa**, Técnico Agropecuário – Padrão I, Classe A, Matrícula nº 45000179, do quadro de pessoal do Estado de Roraima e falecido em 26/05/2017.

A relatoria do presente feito coube ao Conselheiro Manoel Dantas Dias.

Após instrução, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para a necessária e conclusiva manifestação.

### **É o breve o relato.**

O inciso III do art. 71 da Constituição Federal reza que compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório. Em razão do disposto no art. 75 do referido estatuto, a competência para apreciação dos atos de concessão de pensão por morte no âmbito



estadual recai sobre as respectivas Corte de Contas Estaduais. No âmbito dessa Casa, a regulamentação do comando constitucional encontra-se contida no art. 42, inciso II, da lei complementar 006/94, art. 278 e seguintes do RITCE/RR, IN-TCE/RR 002/97 e IN-TCE/RR 002/15.

A equipe técnica, após desenvolver suas atividades, concluiu pelo registro (ep. 0209770). A Controladoria Geral de Contas Públicas – COGEC - em seu Parecer Conclusivo (ep. 0211504), manteve o mesmo posicionamento.

Analisando os autos, não há dúvida quanto à presença dos requisitos formais e legais necessários para a concessão do benefício previdenciário *sub examine*, merecendo o seu registro ser aceito nos anais da Administração.

Destarte, este órgão ministerial, em consonância com o posicionamento da equipe técnica do TCERR, conclui pela legalidade do ato da concessão de pensão por morte e opina pelo seu registro.

**Ante o exposto**, este *órgão ministerial* opina pelo registro do ato de concessão de pensão por morte, na **Modalidade Vitalícia**, em favor da senhora **Antônia Lima Portela**, viúva do ex-servidor **Raimundo Soares Costa**, Técnico Agropecuário – Padrão I, Classe A, Matrícula nº 45000179, com base nos arts.71, III e 75 da Constituição Federal, art. 42, inciso II, da lei complementar 006/94, art. 278 e seguintes do RITCE/RR, IN-TCE/RR 002/97 e IN-TCE/RR 002/15.

É o parecer.

Boa Vista, 02 de abril de 2019.

*Bismarck Dias de Azevedo*

**Procurador de Contas**